Daniel Amorim Assumpção Neves
Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Manual de Improbidade Administrativa

Direito Material e Processual

De acordo com:

- **Lei Complementar 157/2016** – Nova hipótese de ato de improbidade administrativa decorrente de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário
- **Lei 13.303/2016** – Lei das Estatais
- **Lei 13.341/2016** – Extinção da CGU

5.ª edição
revista, atualizada e ampliada

De acordo com o Novo **CPC** e a **Lei 13.363/2016**

gen | EDITORA MÉTODO

Resumo de Manual de Improbidade Administrativa. Direito Material e Processual

O objetivo desta obra é apresentar ao leitor um verdadeiro Manual sobre as principais questões jurídicas que envolvem o tema da improbidade administrativa. A abordagem é didática, com linguagem simples e objetiva, mencionando as principais polêmicas doutrinárias e jurisprudenciais, com destaque para a jurisprudência do STF e do STJ.O tema é atual e de extrema relevância para o País, pois envolve a ética na gestão de recursos públicos por parte dos agentes públicos e dos particulares que se relacionam com a Administração Pública.

De fato, a Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) representa um marco na busca pela moralização da administração, o que denota a importância do seu estudo no atual estágio de evolução do Direito Público.

De forma inédita, os autores uniram as suas especialidades e experiências profissionais a fim de apresentar ao leitor um Manual completo: o professor Rafael Carvalho Rezende Oliveira, especialista em Direito Administrativo, aborda os aspectos relacionados ao direito material, e o professor Daniel Amorim Assumpção Neves, especialista em Processo Civil, apresenta as principais questões processuais.

Além disso, visando complementar o estudo do tema, os autores analisam o Sistema Brasileiro de Combate à Corrupção e a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Este trabalho é destinado a estudantes, candidatos a concursos públicos, advogados e membros da Magistratura, do Ministério Público, das Procuradorias, das Defensorias Públicas, dos Tribunais de Contas e de outras carreiras públicas que cuidam da ética na gestão pública.

Acesse aqui a versão completa deste livro